



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

CÂMARA MUNICIPAL

Divisão de Educação e Assuntos Sociais

Contribuinte n.º 501 305 580

Regulamento do Serviço Municipal de Teleassistência da Figueira da Foz

Preâmbulo

Face à evolução do agravamento da situação social e as suas repercussões no quotidiano das pessoas e famílias em situação de maior fragilidade económica, a Câmara Municipal da Figueira da Foz considerou fundamental criar novas respostas municipais, que reforcem e complementem as já existentes.

Neste contexto, surge no Município da Figueira da Foz a criação e implementação do **Programa Figueira Solidária**, o qual integra e articula diversas respostas de ação social. Este Programa estruturado em articulação com as IPSS's e serviços que desenvolvem a sua atividade neste domínio, pretende potenciar o envolvimento da sociedade civil – incentivando o voluntariado, o empreendedorismo social, o envelhecimento ativo, a segurança e a proteção dos idosos e a responsabilidade social - desenvolvendo um processo de governação local assente na participação, na responsabilização e na contratualização.

As situações de dependência, maioritariamente decorrentes da idade, mas também por incapacidade, isolamento, diminuição de redes de solidariedade familiar, insegurança e o aumento dos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade, suscitam especial preocupação. Neste sentido, surge o Programa de Teleassistência promovido pela Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego (CIM-BM) ao qual o Município da Foz entendeu aderir.

Deste modo, o Município da Figueira da Foz celebrou um protocolo de cooperação com a Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego (CIM-BM), no âmbito do **Programa de Teleassistência**, de forma a apoiar a população mais dependente, isolada e com baixos recursos económicos, numa época em que, por norma, a maioria das pessoas têm atividade profissional fora de casa, não podendo assistir aos seus familiares dependentes e/ou idosos da forma que aqueles desejavam.

O referido protocolo consiste na operacionalização de um serviço de teleassistência a pessoas em situação de dependência e isolamento, no intuito de contribuir



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

CÂMARA MUNICIPAL

Divisão de Educação e Assuntos Sociais

Contribuinte n.º 501 305 580

significativamente para a sua proteção, segurança e acompanhamento, com um sistema fixo ou móvel consoante a necessidade.

Assim, no uso dos poderes regulamentares conferidos às autarquias locais pelo n.º 7 do artigo 112º e artigo 241º da Constituição da República Portuguesa, em conjugação com alínea c) do n.º 4 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro compete à Câmara Municipal, no âmbito do apoio a atividades de interesse municipal “participar na prestação de serviços a estratos sociais desfavorecidos ou dependentes, em parceria com as entidades competentes da administração central, e prestar apoio aos referidos estratos sociais, pelos meios adequados e nas condições constantes de regulamento municipal”, tendo, deste modo, sido elaborada a seguinte proposta do Regulamento do Serviço Municipal de Teleassistência da Figueira da Foz, que deverá ser aprovada em Assembleia Municipal, de acordo com a alínea a) do n.º 2 do art.º 53º da Lei 169/99, referida.

Artigo 1º

Objeto e âmbito de aplicação

O presente regulamento estabelece as condições de acesso ao Serviço Municipal de Teleassistência da Figueira da Foz (SMTFF), a prestar pelo Município da Figueira da Foz, aos residentes no Município da Figueira da Foz.

Artigo 2º

Área geográfica

A aplicação do presente Regulamento abrange a área Geográfica do Município da Figueira da Foz.

Artigo 3º

Funcionamento geral do SMTFF

1.O Serviço de Teleassistência é um serviço humanizado e permanente, baseado numa central de atendimento telefónico vocacionado para responder a qualquer situação de emergência, através de um sistema de comunicação rápido e seguro



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

CÂMARA MUNICIPAL

Divisão de Educação e Assuntos Sociais

Contribuinte n.º 501 305 580

sem necessidade da existência de um telefone ao alcance da mão, permitindo ao utente, em situações de emergência de saúde, segurança, ou simples solidão, contactar de imediato (através de botão de emergência, aliado a um telefone de alta voz) este Serviço que ativa os mecanismos necessários para resolver o problema apresentado.

2.O Serviço de Teleassistência funciona 24 horas/dia, 365 dias/ano, através de um terminal fixo ou móvel, com atendimento realizado por enfermeiros e assistentes sociais que recebem as chamadas, avaliam a situação e procedem ao seu encaminhamento para as entidades competentes.

Artigo 4º

Objectivos do SMTF

- 1) Promover a independência e a confiança das pessoas idosas e/ou dependentes;
- 2) Assegurar o acesso das populações mais idosas e serviços que lhes permitam continuar integradas no seu meio de vida habitual, mas dispondo de segurança;
- 3) Assegurar o acompanhamento e apoio permanente de quem vive sozinho ou em situação de isolamento;
- 4) Minimizar consequências derivadas de acidentes no domicílio;
- 5) Aumentar a segurança para os utilizadores, principalmente os que vivem em zonas isoladas;
- 6) Assegurar um maior sentimento de tranquilidade para os beneficiários e eventuais familiares;
- 7) Proporcionar maior autonomia de pessoas com algum grau de dependência.

Artigo 5º

Requisitos

- 1) Ter residência permanente no Município da Figueira da Foz;
- 2) Ter idade igual ou superior a 65 anos;
- 3) Constituem excepção ao número 2 do presente artigo, os casos de comprovado grau de incapacidade ou dependência, que vivam em situação de isolamento ou insegurança, a serem verificados pelos Serviços Municipais;



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

CÂMARA MUNICIPAL

Divisão de Educação e Assuntos Sociais

Contribuinte n.º 501 305 580

- 4) Possuir rede fixa de telefone no local de instalação do equipamento fixo, se pretender esta opção;
- 5) Se encontrem numa das seguintes condições:
 - a) Residam sozinhos;
 - b) Em situação de isolamento geográfico ou social, permanente ou temporário;
 - c) Possuam algum grau de dependência/incapacidade.

Artigo 6º

Isenções ou Reduções

1. Dado que o SMTFF é um programa social municipal, é concedida a isenção de pagamento de taxas, de forma total ou parcial, às pessoas singulares em manifesta insuficiência económica, confirmada pelos Serviços Municipais, relativamente às despesas inerentes à prestação do Serviço de Teleassistência, designadamente:
 - a) Isenção total a pessoas singulares, em caso de comprovada insuficiência económica, cujo rendimento ilíquido declarado *per capita* seja igual ou inferior ao valor do Indexante dos Apoios Sociais (IAS), definido nos termos da Lei n.º 53-B/2006, de 29 de Dezembro, em vigor em cada ano;
 - b) Isenção parcial a pessoas singulares, cujo rendimento ilíquido declarado *per capita*, seja superior ao valor do IAS, mas inferior ou igual a duas vezes esse valor, equivalente a 50%.
2. As pessoas singulares com um rendimento mensal *per capita* superior a duas vezes o valor do IAS, poderão beneficiar do SMTFF, ficando a seu cargo, as despesas inerentes ao SMTFF.
3. No quadro abaixo mencionado encontram-se definidas as isenções ou Reduções, relativamente às despesas inerentes à prestação do Serviço Municipal de Teleassistência da Figueira da Foz:



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

CÂMARA MUNICIPAL

Divisão de Educação e Assuntos Sociais

Contribuinte n.º 501 305 580

Empresas prestadoras do Serviço	Valor do Serviço c/ IVA	Comparticipação dos beneficiários do Serviço Municipal de Teleassistência da Figueira da Foz		
		Rendimento per capita, ≤ valor do IAS	Rendimento per capita, > ao valor do IAS e ≤ 2 vezes o valor do IAS	Rendimento per capita, > 2 vezes o valor do IAS
Helphone	€ 11,61	€ 0	€5,81	€ 11,61
T-Care	€18,45	€ 0	€9,23	€18,45

Artigo 7.º

Processo de candidatura

- 1.As candidaturas devem ser formalizadas junto do Departamento Municipal de Assuntos Municipais – Divisão de Educação, Ação Social e Saúde (DMAS/DEASS) da Câmara Municipal da Figueira da Foz;
- 2.As candidaturas devem ser instruídas com os seguintes documentos:
 - a) Impresso de candidatura devidamente preenchido;
 - b) Cópia do Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão;
 - c) Declaração de IRS ou declaração comprovativa do valor da pensão emitida pelo Instituto da Segurança Social, IP;
 - d) Comprovativo do grau de incapacidade, quando aplicável;
 - e) Outros documentos considerados pertinentes para avaliação da candidatura.
- 3.A não apresentação dos documentos referidos nos números anteriores, por causa atribuível ao requerente, implica a não admissão da respectiva candidatura;
- 4.A prestação de falsas declarações é causa de indeferimento liminar do requerimento da candidatura, sem prejuízo da eventual participação criminal.



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

CÂMARA MUNICIPAL

Divisão de Educação e Assuntos Sociais

Contribuinte n.º 501 305 580

Artigo 8.º

Processo de Atribuição

- 1.A análise das candidaturas apresentadas será efectuada pelos Serviços Municipais;
- 2.Os candidatos que reúnam as condições para beneficiar do SMTFF, integrarão uma listagem ordenada por ordem de inscrição, de acordo com a qual são atribuídos os equipamentos;
- 3.A atribuição do equipamento está dependente da existência de equipamentos disponíveis;

Artigo 9º

Obrigações do beneficiário

São obrigações dos beneficiários:

- 1.Zelar pelo equipamento atribuído;
- 2.Proceder ao pagamento da mensalidade do SMTFF, até ao 8º dia de cada mês, no Serviço de Atendimento ao Múncipe da Câmara Municipal da Figueira da Foz;
- 3.Disponibilizar a documentação necessária, de forma a permitir aos serviços procederem, anualmente, à actualização dos rendimentos;
- 4.Informar os Serviços Municipais caso ocorram alterações de residência dentro do Município;
- 5.Devolver o equipamento se deixar de residir no Município;
- 6.Informar sempre que ocorram anomalias no funcionamento do equipamento ou no Serviço de Teleassistência;

Artigo 10º

Cessaçã da atribuição do Serviço de Teleassistência

O incumprimento das disposições constantes no presente regulamento, assim como a prestação de falsas declarações por parte dos beneficiários do SMTFF, determinam a imediata cessação do serviço atribuído, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e criminal.



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

CÂMARA MUNICIPAL

Divisão de Educação e Assuntos Sociais

Contribuinte n.º 501 305 580

Artigo 11.º

Subscrição de Acordo

1. A atribuição do serviço de Teleassistência será concretizado mediante um acordo escrito a celebrar entre as partes, no qual se estabelecem os direitos e as obrigações de cada um.
2. O acordo é válido enquanto se mantiverem as condições que justificaram o apoio salvo denúncia de qualquer das partes.

Artigo 12.º

Dúvidas e omissões

Cabe à Câmara Municipal da Figueira da Foz resolver, mediante deliberação, todas as dúvidas e omissões que surjam na aplicação ou interpretação do presente Regulamento.

Artigo 13.º

Entrada em vigor

O presente regulamento do programa da Teleassistência entra em vigor no dia seguinte à sua publicação na 2.ª série do Diário da República.